

## O PROEJA: SUA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO E SUA PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO PARA OS TRABALHADORES

### *THE PROEJA: HIS VIEW OF HIS PROPOSAL FOR INCLUSION AND ELIGIBILITY FOR WORKERS*

*Sônia de Fátima Rodrigues Santos*

Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará e aluna do Doutorado em educação na Universidade Federal do Ceará.

#### **Resumo**

O estudo apresentado visa analisar a perspectiva de inclusão e concepções delineadas na proposta do PROEJA exposta em seus documentos oficiais. Na primeira seção abordamos sobre a concepção política do PROEJA e sua intencionalidade, foram analisadas as concepções e orientações legais a respeito do Programa. Na segunda seção buscamos apresentar o PROEJA e sua concepção pedagógica, por meio da análise de seu Documento Base, examinando uma série de fundamentos políticos e filosóficos que balizam a proposta pedagógica desse programa, principalmente no que diz respeito ao currículo integrado; o destaque a educação como direito de todos; e educação como processo contínuo e permanente.

Palavras-chave: PROEJA, Qualificação, Trabalhadores

#### **Abstract**

The present study aims to examine the prospect of inclusion and concepts outlined in the proposal PROEJA exposed in its official documents. In the first section approach the conception of PROEJA policy and its intentionality, we analyzed the concepts and legal guidelines concerning the program. In the second section we present the PROEJA and its pedagogical concept through the analysis of the Base Document Proeja examining a series of political principles and philosophy pedagogical guiding of this program, especially with regard to curriculum integrated, the emphasis on education as a right for all; education as a continuous and ongoing process.

Key-words: PROEJA, Qualifications, Workers

## 1. A concepção política do PROEJA e sua intencionalidade

O PROEJA como uma política do governo Lula, representa uma oportunidade para aqueles que abandonaram os estudos por alguma situação, quase sempre ligada à necessidade de trabalho, representa uma oportunidade de acesso ao mundo do trabalho, já que o programa mescla em seu conteúdo disciplinas do ensino propedêutico e disciplinas profissionais. Como diz seu documento base:

A ampliação dos horizontes do PROEJA traz novos desafios para construção e consolidação desta proposta educacional que se pretende base de uma política de formação de cidadãos e cidadãs emancipados, preparados para atuação no mundo do trabalho, conscientes de seus direitos e deveres políticos e suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente. (BRASIL/MEC, 2006 p.4).

38

Sua proposta tem uma abrangência que vai além da formação profissional, para formar cidadãos e cidadãs com uma compreensão mais global do contexto em que vivem, sendo de suma importância para que os mais desfavorecidos possam ser incluídos no mundo atual, que passa por sensíveis mudanças nos campos profissionais e sociais. A vinculação entre educação e trabalho é um dos elementos que marcam a identidade do PROEJA, a função qualificadora conforme o documento base do PROEJA revela:

[...] o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de humanização de homens e mulheres e de produção cultural (BRASIL, 2007, p. 46).

A proposta do PROEJA como uma forma de integração dos menos favorecidos no contexto escolar e no mundo trabalho conforme documento base "[...] para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho,

inclusive gerando emprego e renda." (BRASIL, 2007, p.17) mostra o potencial deste programa como uma forma de qualificar os indivíduos e ao mesmo tempo garantir a cidadania através da oportunidade oferecida de qualificação para o trabalho e também como um mecanismo de inclusão de jovens e adultos numa sociedade marcada por uma desigualdade social das maiores do mundo, conforme dados do banco mundial e CFI – Corporação Financeira Internacional (HOTZ, 2006 p.5):

[...] a sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo: um por cento da população recebe 10% da receita monetária total - a mesma parcela cabe aos 50% mais pobres. Análises mostram que a disparidade de renda no Brasil decorre basicamente do acesso desigual à educação e de uma grande valorização da mão-de-obra qualificada [...].

Considerando que há uma tendência para a diminuição dos postos de trabalho nos dias atuais, causados por novas formas de produção e trabalho, o PROEJA levanta a possibilidade de geração de emprego e renda inclusive através do trabalho não formal, além dessa possibilidade, o PROEJA contribui para a formação integral do trabalhador:

[...] o declínio sistemático do número de postos de trabalho obriga redimensionar a própria formação, tornando-a mais abrangente, permitindo ao sujeito, além de conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda. (BRASIL, 2006 p.12).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE), em 2002, o Brasil possuía 23.098.462 de jovens com idade entre 18 e 24 anos. A situação de trabalho desses jovens no mercado formal é preocupante. De acordo com o Registro Anual de Informações Sociais, apenas 5.388.869 – cerca de 23,3% dos jovens dessa faixa etária – tinham emprego no mercado de trabalho formal no mesmo ano. (BRASIL, 2006, p. 15)

Também quando se verificam dados de escolaridade da PNAD / IBGE 2003, pode-se observar que nesse ano cerca de 23 milhões de pessoas possuíam 11 anos de estudo, ou seja, haviam concluído o Ensino Médio. Esse contingente representava apenas 13% do total da população

do país. Por conseguinte, pode-se inferir o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que enfrentam o mundo do trabalho. (BRASIL, 2006, p. 17).

O grande número de jovens que demanda a EJA, resultante de taxas de abandono de 12% no ensino fundamental regular e de 16,7% no ensino médio, acrescido de distorção idade-série de 39,1% no ensino fundamental e de 53,3% no ensino médio (BRASIL, 2001 p.15), mostra o quanto é necessário haver medidas que promovam a volta à escola para jovens e adultos em idade produtiva, considerando que o mundo do trabalho exige certificações e comprovações de escolaridade formal como afirma o documento base do PROEJA, caso contrário corre-se o risco de haver pessoas sem visibilidade social considerando o sistema escolar.

40 A respeito da qualificação do trabalho observam-se dois posicionamentos: os destacamentos positivos e os destacamentos negativos dos processos de organização capitalista do trabalho. Análises negativas do trabalho apontam a questão da alienação, fragmentação e desqualificação provocadas pelo trabalho, causados principalmente pela divisão entre trabalho manual e intelectual que refletem a apropriação do conhecimento pelo capital (MANFREDI, 2009, p.4). Outro fator é o controle e as punições impostas aos trabalhadores no objetivo de atingir as metas de produção e lucro para os detentores do capital. Segundo a autora, a desqualificação é inerente ao processo de trabalho capitalista, porque o capital deve visar ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de "porosidade" e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível.

As observações positivas que são feitas sobre o trabalho tratam da questão da natureza do trabalho como atividade humana e social, onde o homem age sobre a natureza para promover a sua transformação, criando através de suas funções mentais e físicas, além de se relacionar com outras pessoas através de símbolos e pelo conjunto de saberes úteis que o permitem viver em sociedade com a possibilidade de transformação de suas relações. Nesse sentido, o trabalho envolve a possibilidade de apropriação criadora ao invés de repetição e reprodução como ocorre na concepção de trabalho vista pela ótica do modelo taylorista/fordista. Sendo assim, há a possibilidade dos trabalhadores apropriarem-se do conteúdo e do contexto de realização do seu próprio trabalho e assim podem construir e se qualificar no trabalho que desenvolvem, contrariando a condição alienante a que estão submetidos.

Os aspectos positivos do trabalho refletem as possibilidades de mudanças dos padrões estabelecidos e a transgressão das normas estabelecidas através da organização e da negociação, onde as condições de trabalho e direitos podem ser questionados e debatidos a seu favor.

Sabe-se que as atuais mudanças que vêm acontecendo no mundo do trabalho, especialmente no campo produtivo, onde as instituições cobram cada vez mais dos seus empregados preparação, tanto em termos técnicos, quanto em cultura geral, tornando-se imperativo para os futuros profissionais a adequada qualificação para atenderem as exigências do mercado, sob pena de ser excluído de tal processo. Os atuais processos de produção fazem uso cada vez mais, de aparatos eletrônicos, de equipamentos sofisticados, dentre outras ferramentas modernas com o intuito de aumentar a produtividade, reduzir custos e aumentar os lucros. Outra constatação é a utilização de modernas formas de gestão de pessoas, onde o controle é substituído pela coordenação e colaboração.

As instituições de ensino neste momento têm papel preponderante na formação do atual trabalhador, desde o mais inferior até o mais preparado. Neste sentido, o Programa Nacional de Integração da EPT com a Educação Básica na Modalidade de EJA – PROEJA no IFPA, tem contribuído para formar aqueles que não tiveram oportunidades de adquirirem formação educacional e profissional no período adequado à idade.

Em nosso país, que apresenta níveis de distorções sociais bem evidentes, causados principalmente por uma distribuição de renda desigual como afirma (OLIVEIRA, 2008, p.1): "o modelo econômico vigente no nosso país é altamente excludente e concentrador, a renda produzida fica nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria tem acesso restrito aos bens produzidos." Tem efeitos na sociedade, principalmente nos mais desfavorecidos, tais como violências de todos os tipos, falta de escolarização para jovens e adultos, informalidade, desestruturação pessoal e familiar, dentre outras situações graves.

No campo da educação é evidente que ela acaba sendo prejudicada pela necessidade do indivíduo de trabalhar para ajudar nos rendimentos familiares e com isso abandona a escola cedo. Esse fato deixa o indivíduo mais distante do mercado formal de trabalho, pela baixa qualificação exigida pelo atual mercado de trabalho. Diante dessa realidade, surgem programas que tentam amenizar as conseqüências do problema, mas que são apenas medidas paliativas de uma questão que envolve o sistema como um todo (NETO, 2006 p.256): "a política educacional expressa apenas uma solução ideológica, pois desconsidera as particularidades do

modelo econômico brasileiro, com sua carga de desigualdades decorrentes das diferenças de classes". Com o desenvolvimento industrial e econômico passou-se a se exigir mais do trabalhador, fato não observado em outros períodos da história.

Na atualidade o nosso país enfrenta graves problemas, principalmente no campo social, haja vista que apresenta grandes desigualdades e isso tem causado reflexos no campo educacional, como a baixa escolarização e qualificação da maioria da população. Porém, essa é uma questão que não está ligada diretamente à renda, como afirma (SILVA, 2007 p. 2):

A categoria pobreza é entendida como um fenômeno complexo e multidimensional, cuja determinação principal é estrutural, portanto é mais que insuficiência de renda. Expressa desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; não acesso a serviços básicos; a informação; ao trabalho e a renda digna; é não participação social e política.

42

A região Norte, segundo pesquisas recentes do Instituto Brasileiro de Economia (FGV, 2009), apresenta os piores índices de pobreza, causados dentre outras causas, pela má distribuição da riqueza entre as regiões do Brasil, apesar possuir uma riqueza incalculável em recursos naturais, tais como minérios e madeiras e no estado do Pará a agropecuária. Esses fatos demonstram que o problema não está na riqueza em si, mas na sua distribuição, que hoje é extremamente concentrada. A educação da população, dentro outros pontos, é atingida pelos problemas causados pela desigualdade social e o PROEJA vem com propostas que facilitam o acesso à educação e profissionalização de jovens e adultos.

De acordo com o documento base do PROEJA, o primeiro princípio diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais. O princípio surge da constatação de que os jovens e adultos que não concluíram a educação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso a essas redes. Assim, um princípio dessa política – a inclusão – precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares. (BRASIL, 2007, p. 38).

A forma como os alunos são qualificados dentro das unidades escolares é um ponto que deve ser observado para o sucesso do programa e para o sucesso dos alunos que participam dele, é importante o papel da instituição na preparação dos alunos para o mundo do trabalho e para a vida, ou seja, para que o princípio da inclusão seja feito com eficiência é preciso que a escola esteja preparada para receber o aluno e adequar os conteúdos curriculares à realidade dos alunos envolvidos.

Contudo, a qualificação não garante a entrada dos alunos no mundo do trabalho, como afirma (HOTZ, 2006 p.11): o desemprego estrutural é causa da crise do capitalismo, é necessário admitir que não existe e nem existirão vagas no mercado de trabalho para que todos os trabalhadores possam garantir sua sobrevivência, mesmo estes possuindo escolarização e qualificação para o exercício de funções supostamente requeridas do mercado. A mesma autora afirma:

a capacitação e qualificação não garantem emprego, já que o setor produtivo supriu a necessidade de recursos humanos pelo maquinário e os trabalhadores de que precisam não necessitam ter, em sua maioria um elevado grau de instrução para exercer as funções. O processo de produção acaba gerando trabalhadores baratos e descartáveis para garantir a produtividade a custos baixos e que possam possibilitar maior competitividade às empresas. (HOTZ, 2006 p.11)

Além da qualificação, é necessário que os alunos do PROEJA sejam preparados para a vida, ou seja, além da qualificação técnica, como afirma o documento base:

[...] a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p. 17).

Através da integração de conhecimentos profissionais com conhecimentos voltados para a vida, o PROEJA prepara os alunos para diversas

situações, podendo situá-los nos diversos contextos em que podem estar envolvidos, dessa forma, os alunos podem atuar de forma mais crítica no contexto em que vivem.

## 2. O PROEJA e sua perspectiva pedagógica

O Proeja é preconizado no Decreto nº 5.478 de 24/06/2005, posteriormente revisto pelo Decreto nº 5.840/2006. Priorizando a formação integrada por intermédio da construção de um currículo que supere as clássicas separações: cultura geral *versus* cultura técnica; educação acadêmica *versus* profissionalizante, ciência *versus* cultura.

A integração proposta pelo Proeja, segundo o Documento Base (2005) se delinea em torno de um projeto pedagógico único que articulado com os princípios, concepções e diretrizes que permitam a formação do cidadão de modo integrado. A idéia de construção de um currículo integrado traz como possibilidade rever a atual estrutura e organização do ensino básico, da EJA e da EPT, principalmente no que diz respeito à inserção dos jovens no mundo do trabalho com uma nova postura frente à realidade social, uma vez que a formação integral dos sujeitos nessa diretriz não se resume a preparação para o mundo do trabalho. "Mas ganha novos contornos de uma formação de visa compreender e se compreender no mundo" (BRASIL, 2005, p. 43).

Essa compreensão projeta um novo conceito de qualificação profissional que passa a incorporar uma dimensão técnica aliada a uma dimensão sociolaboral. Nessa perspectiva, pode-se pensar uma qualificação profissional que seja ao mesmo tempo técnica e social. Sobre essa questão, destacamos que "a qualificação social e profissional permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas" (BRASIL, 2003, p. 24).

Isso significa dizer que a EPT assume uma dimensão social e vai muito além da simples preparação para o mundo do trabalho. Para que isso ocorra, no entanto é necessário o estabelecimento de práticas educativas inovadoras capazes de projetar um novo ideário inclusivo, tendo o trabalho como princípio educativo e o direito ao trabalho um elemento central da cidadania, favorecendo dessa forma "a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população" (BRASIL, 2005, p. 20).



Quando se analisa o Documento Base do Proeja, constata-se uma série de fundamentos políticos e filosóficos que balizam a proposta pedagógica desse programa, principalmente no que diz respeito ao currículo integrado; o destaque a educação como direito de todos; e educação como processo contínuo e permanente. Essa concepção nos parece apropriada principalmente por estamos falando de um programa que tem a EJA como um dos sustentáculos da proposta.

A idéia de que a educação pode ocorrer de modo formal ou informal, com a capacidade de ser desenvolvida ao longo da vida, foi destacada em 1997 na V CONFINTEA, quando instituiu a Declaração de Hamburgo seu item 3 que:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas "adultas" pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (Declaração de Hamburgo, 2007, p. 1).

Essa noção recupera o verdadeiro sentido da EJA ao ser concebida como uma formação para o exercício da cidadania. É claro que construir uma política pública inclusiva de jovens e adultos é um desafio permanente no campo educacional, principalmente em função das especificidades daqueles que integram essa modalidade de ensino (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre outros). Mas acredita-se na possibilidade de "superação das estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola" (BRASIL, 2005, p. 24).

Para que a proposta se concretize é necessário dar voz a esses sujeitos, de modo a melhor conhecê-los, reconhecer suas histórias, seus saberes e suas condições objetivas de existência. Sobre essa questão, acredita-se que:

A educação [...] deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias

e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem (BRASIL, 2005, p. 17).

Outra noção importante que fundamenta o Documento Base do Proeja é o papel dos professores como articuladores e mediadores do conhecimento. Os professores passam a ser uma peça-chave no programa, pois sua atuação deve estimular a participação ativa dos alunos no processo de construção do conhecimento. A aprendizagem é fruto de um trabalho permanente de superação das lacunas e fragilidades dos sujeitos.

Como forma de sintetizar os fundamentos políticos e filosóficos do PROEJA, expresso no Documento Base, apresenta-se os pontos básicos que norteiam o referido programa:

1 - Integração curricular com vistas à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída por intermédio de um processo democrático e participativo de discussão coletiva;

2 - Reformulação do papel da escola, que passa ser vista como o lócus de formação de sujeitos críticos, reflexivos e criativos;

3 - Valorização dos saberes construídos coletivamente no processo educativo;

4 - O trabalho como princípio educativo e como possibilidade de emancipação humana;

5 - A escola articulada coma realidade social e cultural de seus sujeitos;

6 - A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem.

Para consolidação da proposta é preciso repensar a organização didática para o curso. A mesma deve ser concebida como uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam do programa. A construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, parece ser o maior desafio a ser enfrentado no PROEJA.

A possibilidade de revisão curricular tem como amparo legal a Resolução CNE/CEB nº. 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e determina em seu Artigo 5º, parágrafo único que

destaca a identidade própria da EJA os perfis dos estudantes, e proposição de um modelo pedagógico próprio de modo a assegurar:

I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de proporcionar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

A organização curricular assume novos contornos quando centra a preocupação na formação integral do educando ao se considerar experiências, trabalho, valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes observando as características históricas, econômicas e socioculturais do meio em que o processo se desenvolve.

Desse modo, o Proeja concebe currículo como um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados e culturas apresentando uma clara posição oposta àquela perspectiva estreita de preparação para o mercado de trabalho e recomenda que sua formatação compreenda:

- a concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (RAMOS, 2005, p. 114);
- a perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos;
- a incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares;
- a experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade de

educando, tornando-o mais participativo e estimulando a trazê-la para reflexão na sala de aula;

- o resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos professores.

Para Ramos (2005, p. 122) a concepção de integração curricular, "exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura". Conforme o Documento Base do PROEJA (2005) ela pode assumir formas de organização bastante diversificadas, rompendo com "a dualidade estrutural, cultura geral versus cultura técnica" (FERREIRA & OLIVEIRA, 2010, p.1010. Sobre isso, Machado (2005) apresenta diferentes abordagens metodológicas que o currículo integrado pode contemplar em sua estruturação: Abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos; Concentricidade de temas gerais, ligados entre si; Temas integradores, transversais e permanentes; Abordagem por meio de esquemas conceituais e Abordagem centrada em resoluções de problemas.

48

Convém ressaltar que independente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do currículo integrado, o fundamental é que mesmo assuma o diálogo como base de sua construção. Além do diálogo é preciso pensar na produção de um diagnóstico da realidade e do levantamento de demandas locais e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática. Isso implica a necessidade de encontros pedagógicos periódicos de todos os sujeitos envolvidos no projeto, professores, alunos, gestores, servidores e comunidade. Como afirma Furtado & Lima (2010, p. 200): "é necessário que se crie um ambiente escolar favorável às reflexões que a tarefa exige: um ambiente educacional onde haja compromisso com a transformação dessa sociedade desigual em que vivemos"... E a crença numa "escola vinculada ao mundo do trabalho, numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social". (PROEJA, 2007, p.7).

### 3. Considerações finais

Enfim, o PROEJA funda-se em ações que demandam o envolvimento de diferentes esferas governamentais e no compromisso de construir uma escola de trabalhadores vinculada ao mundo do trabalho. Para isso, uma

confluência de ações tem sido implementada paralelamente à implantação dos cursos: a formação continuada dos professores por meio de cursos de extensão e especialização nos Institutos Federais, articulação com os programas de pós-graduação para formação dos professores dos IFs, no patamar de mestrado e doutorado. Além disso, um grande desafio tem sido enfrentado, a constituição de grupos de pesquisa, resultado das parcerias IFs e Universidades e que se configuram como uma rede de pesquisa nacional que investiga a relação trabalho e educação, as práticas pedagógicas, os materiais didáticos utilizados, os processos de avaliação, o uso de tecnologias da informática e da comunicação (TIC), a identidade dos professores, enfim, o currículo em ação nos cursos em andamento nos IFs, inclusive os cursos de especialização.

Para a plena compreensão da dinâmica vigente nos cursos do PROEJA, um conjunto de contradições tem sido desveladas e aprofundadas, e que só serão compreendidas e superadas, ao longo da prática pedagógica singular que a natureza do Programa exige. A confluência e integração da área de formação profissional à luz da relação trabalho e educação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos é um campo novo e instigante, pois requer de todos que nele estão envolvidos, "reflexão na ação" e "sobre a ação" (SCHON, 1983; 1987), ou como diria Paulo Freire, ação - reflexão - ação, vislumbrando a construção de um novo paradigma.

Nesse sentido, a tessitura de um novo fazer pedagógico que tenha como pressuposto uma concepção curricular capaz de articular formação geral, política e profissional, pautada sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura é imprescindível para a formação integral dos sujeitos jovens e trabalhadores. (FURTADO & LIMA: 2010, p.203).

Ou seja, uma nova cultura escolar e docente deve ser forjada no interior das escolas de forma a superar o caráter prescritivo das práticas pedagógicas.

No currículo integrado é fundamental se pensar a organização dos tempos e espaços, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem não se resume às tarefas escolares. Nessa concepção amplia-se a dimensão da aprendizagem ao se conceber que os saberes são construídos na escola, na família, na cultura, na convivência social em que o encontro das diferenças produz nova forma de ser, estar e de se relacionar com o mun-

do. Desta forma, as atividades desenvolvidas fora do espaço formal da escola podem ser reconhecidas no calendário escolar desde que haja previsão no respectivo projeto político-pedagógico.

A organização dos tempos na modalidade EJA deve ser pensada respeitando o sujeito aluno considerando o seu ritmo e saberes prévio. Isto significa dizer que o aluno de EJA entra e sai de um curso dessa natureza a qualquer tempo, desde que verificadas suas condições para ingresso e o domínio de conhecimento atingido, em confronto com os objetivos definidos para o curso, o que tanto pode ser em tempo menor que o previamente fixado quanto em tempo maior.

Outro elemento importante na formatação do currículo integrando no âmbito do Proeja diz respeito à avaliação da aprendizagem. Nesse programa, a avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos alunos verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso.

Entende-se que a avaliação não deve privilegiar a mera polarização entre o "aprovado" e o "reprovado", mas sim a real possibilidade de mover os alunos na busca de novas aprendizagens. A avaliação nesse sentido ocorre como parte do processo de produção do conhecimento. Evidencia-se que a avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do aluno ao longo do período letivo, quer seja bimestral, semestral, modular, entre outros, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDBEN/1996.

50

#### 4. Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. DOCUMENTO BASE-PROEJA. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº. 5.840, de 13/07/2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da EPT com a Educação Básica na Modalidade de EJA - PROEJA e dá outras providências.

FGV – INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Disponível na página [www.ibre.fgv.br](http://www.ibre.fgv.br), acesso em 29/09/2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Eliane Dayse P.; LIMA, Kátia Regina R. **EJA, trabalho e educação na formação profissional: possibilidades e limites**. Porto Alegre, Educação & Realidade, v.35, no. 1, 2010. p. 200.

HOTZ, Karina Griggio. PROEJA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A CLASSE TRABALHADORA. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/karinagrighiohotz.pdf>. Acesso em 10/10/2009.

MACHADO, Lucília. **Introdução Diferenciais Inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional**. 2005.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas**. Disponível em [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos\\_de\\_comunicacao/EDS/VOL19N64/EDS\\_ARTIGOS19N64\\_1.PDF](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL19N64/EDS_ARTIGOS19N64_1.PDF) > Acesso em: 05/10/2009.

RAMOS, Marise Nogueira. A EPT pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.**, v. 23, n.80, p.401-422, set., 2002. Disponível em: [www.epsjv.fiocruz.br/vol.2005/boletim\\_bibliografico/textoscompletos/EPT.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/vol.2005/boletim_bibliografico/textoscompletos/EPT.pdf). Acesso em: 06/01/09. p. 114.

SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, 256p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A Inclusão vs Exclusão Social na Perspectiva das Políticas Públicas: o caso brasileiro. In: LASA2007 XXVII international Congress, 2007, Montreal. CDROM LASA2007 IXXVIIInternational Congress Afeter the Washington Consensus: colaborative Scholarship for a New America. Pitsburg : LASA, 2007.

UNESCO, 1997. CONFINTEA V: *Background Papers*. Bonn: DVV International/Unesco.